

Energia Para especialistas, receitas menores explicam baixa execução

Eletrobras investe apenas 44% do previsto no ano

Daniel Rittner
De Brasília

Em plena crise de energia, a Eletrobras foi incapaz de pisar fundo no acelerador. Até outubro, ela investiu apenas 44,3% do previsto para todo o ano, mesmo tendo papel-chave em projetos estratégicos nas áreas de geração e transmissão. As distribuidoras sob sua administração também não conseguiram escapar da letargia. Apesar de uma coleção de indicadores ruins e da necessidade de melhorá-los com rapidez, a fim de evitar surpresas na renovação de suas concessões perto de expirar, nenhuma delas conseguiu executar sequer um terço dos valores aprovados para 2014.

O grupo Eletrobras, como um todo, executou R\$ 4,37 bilhões em investimentos nos dez primeiros

meses do ano. A dotação autorizada é de R\$ 9,87 bilhões e ninguém acredita na possibilidade de gastar, no último bimestre, o que deixou de ser aplicado até agora. O departamento responsável pela coordenação e governança das empresas estatais no Ministério do Planejamento não forneceu, em portaria publicada no fim de novembro com esses números, explicações para a baixa execução orçamentária. Fontes do setor privado veem impactos diretos da MP 579, transformada na Lei 12.783, que comprometeu receitas da Eletrobras ao reduzir as tarifas de hidrelétricas e linhas de transmissão.

Dois fiscalizações recentes do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram a dificuldade em tirar os projetos do papel. O maior impasse está nas obras da

usina térmica Mauá 3, em Manaus, com 583 megawatts (MW) de potência. Ela deverá ser movida a gás natural e vai substituir outras unidades menos eficientes. Sua entrada em operação estava prevista para abril deste ano, mas o cronograma atrasou.

Diante de um atraso de mais de 90 dias no pagamento das faturas à construtora Andrade Gutierrez, contratada pela Eletrobras Amazonas Energia, as obras foram completamente interrompidas em janeiro. Agora, os relatórios de acompanhamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) preveem que ela ficará pronta apenas no início de 2016.

Enquanto isso, segundo o TCU, a maioria dos equipamentos está armazenada em instalações próximas à futura usina ou dentro dos

canteiros. Os atrasos foram quitados, mas a empreiteira alega que os valores ficaram defasados e houve aumento de custos com a desmobilização. Ela pede uma reatuação contratual, que não saiu até agora. Com isso, a retomada das obras ainda é incerta.

Mesmo quando fazem tudo direitinho, as subsidiárias da Eletrobras dificilmente cumprem prazos. Outra auditoria do tribunal de contas detectou atrasos relevantes da Chesf na execução de três lotes de linhas de transmissão no Nordeste. Eles tiveram contratos de concessão assinados em 2012 e deveriam entrar em operação comercial em janeiro de 2014, o que não aconteceu. As obras somavam investimentos de quase R\$ 350 milhões. O projeto visava escoar a energia elétrica produzida em parques eólicos no Ceará, no Rio

Em plena crise de energia, a Eletrobras foi incapaz de pisar fundo no acelerador. Até outubro, ela investiu apenas 44,3% do previsto para todo o ano, mesmo tendo papel-chave em projetos estratégicos nas áreas de geração e transmissão. As distribuidoras sob sua administração também não conseguiram escapar da letargia. Apesar de uma coleção de indicadores ruins e da necessidade de melhorá-los com rapidez, a fim de evitar surpresas na renovação de suas concessões perto de expirar, nenhuma delas conseguiu executar sequer um terço dos valores aprovados para 2014.

O grupo Eletrobras, como um todo, executou R\$ 4,37 bilhões em investimentos nos dez primeiros meses do ano. A dotação autorizada é de R\$ 9,87 bilhões e ninguém acredita na possibilidade de gastar, no último bimestre, o que deixou de ser aplicado até agora. O departamento responsável pela coordenação e governança das empresas estatais no Ministério do Planejamento não forneceu, em portaria publicada no fim de novembro com esses números, explicações para a baixa execução orçamentária. Fontes do setor privado veem impactos diretos

da MP 579, transformada na Lei 12.783, que comprometeu receitas da Eletrobras ao reduzir as tarifas de hidrelétricas e linhas de transmissão.

Duas fiscalizações recentes do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram a dificuldade em tirar os projetos do papel. O maior impasse está nas obras da usina térmica Mauá 3, em Manaus, com 583 megawatts (MW) de potência. Ela deverá ser movida a gás natural e vai substituir outras unidades menos eficientes. Sua entrada em operação estava prevista para abril deste ano, mas o cronograma atrasou.

Diante de um atraso de mais de 90 dias no pagamento das faturas à construtora Andrade Gutierrez, contratada pela Eletrobras Amazonas Energia, as obras foram completamente interrompidas em janeiro. Agora, os relatórios de acompanhamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) preveem que ela ficará pronta apenas no início de 2016.

Enquanto isso, segundo o TCU, a maioria dos equipamentos está armazenada em instalações próximas à futura usina ou dentro dos canteiros. Os atrasos foram quitados, mas a empreiteira alega que os valores ficaram defasados e houve aumento de custos com a desmobilização. Ela pede uma repactuação contratual, que não saiu até agora. Com isso, a retomada das obras ainda é incerta.

Mesmo quando fazem tudo direitinho, as subsidiárias da Eletrobras dificilmente cumprem prazos. Outra auditoria do tribunal de contas detectou atrasos relevantes da Chesf na execução de três lotes de linhas de transmissão no Nordeste. Eles tiveram contratos de concessão assinados em 2012 e deveriam entrar em operação comercial em janeiro de 2014, o que não aconteceu. As obras somavam investimentos de quase R\$ 350 milhões. O projeto visava escoar a energia elétrica produzida em parques eólicos no Ceará, no Rio Grande do Norte e na Bahia. Também pretendia reforçar o abastecimento nas áreas norte e sul da região metropolitana de Recife, que dá sinais de esgotamento.

O relator do processo, ministro André Luís de Carvalho, destacou a "atuação tempestiva" da Chesf para vencer os obstáculos que impediam a evolução das obras. Em voto proferido no plenário do tribunal, há duas semanas, Carvalho descreveu "óbices" no licenciamento ambiental e apontou problemas na emissão de declarações de utilidade pública das áreas por onde vão passar os linhões. Diante dos atrasos, ele colocou em xeque a própria viabilidade financeira do empreendimento. "A redução da rentabilidade esperada pode ocasionar impactos negativos no desempenho da Chesf", afirmou.

Na área de distribuição, o retrato também não pode ser visto com tranquilidade. As seis empresas estaduais que passaram às mãos da Eletrobras e têm seus investimentos monitorados pelo Ministério do Planejamento executaram só 26% dos R\$ 2,23 bilhões aprovados para este ano.

Seus contratos de concessão expiram em meados de 2015. O governo ainda não divulgou os critérios para a renovação das concessões. As informações ventiladas até agora levam a crer que os indicadores de qualidade dos serviços prestados serão levados em conta. Não é uma situação confortável para a estatal. Quatro distribuidoras - Ceal (AL), Cepisa (PI), Ceron (RO) e Eletroacre (AC) - ultrapassaram os limites permitidos pela Aneel para o número e a duração dos "apaguinhos" ao longo do ano passado.

"Historicamente, a execução da Eletrobras tem frustrado os investimentos orçados por ela mesma", diz **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, um observatório do setor elétrico. Agora, segundo o especialista, uma combinação de três fatores agrava esse quadro. Em primeiro lugar, ele cita os efeitos da MP 579, que derrubou as receitas nos segmentos de geração e de transmissão. Em seguida, menciona a "gestão ineficiente" de algumas

subsidiárias, principalmente as distribuidoras. "Elas não conseguem prestar serviços com qualidade razoável e têm sido um sorvedouro de recursos."

Por fim, Sales questiona a postura do grupo em leilões recentes, que estaria levando a investimentos com rentabilidade insuficiente ou inferior ao custo de oportunidade. Em outras palavras, a estatal ganha menos dinheiro com o retorno de seus projetos do que embolsaria simplesmente aplicando seus recursos no mercado. Ele dá um exemplo. Nos últimos leilões de linhas de transmissão, a Eletrobras arrematou lotes que não tiveram mais nenhum interessado. Desnecessariamente, já que não competia com mais ninguém, apresentou deságio sobre os valores máximos estipulados pelo governo, abrindo mão de receitas.